

OS ASPECTOS PSICOPEDAGÓGICOS DOS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Stella Aguilera Arantes – ste_aguilera@yahoo.com.br*

Simone Freitas Fuso – simone.fuso@mackenzie.br*

RESUMO

Atualmente no meio acadêmico e na literatura científica tem havido muita confusão entre os conceitos de *dificuldades* e *transtornos de aprendizagem*. Pesquisas atuais demonstram que cinquenta por cento dos psicopedagogos consideram o significado dos conceitos de *distúrbios* e *transtornos* como iguais e vinte por cento dos mesmos afirmam que *distúrbios*, *transtornos* e *dificuldades de aprendizagem* são termos sinônimos. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma revisão de literatura com a finalidade de abordar a diferenciação entre estes conceitos com a finalidade de promover melhor compreensão sobre os mesmos. A seguir, enfatiza os *transtornos de aprendizagem*, pois os mesmos geram impactos no desenvolvimento social e emocional das crianças em idade escolar. Sendo assim, será abordado a necessidade de identificá-los o quanto antes e a importância de se desenvolver um trabalho significativo entre o psicopedagogo, a família e a escola com o objetivo de minimizar os prejuízos gerados. Além destes aspectos, o presente trabalho também aborda sobre a atuação do psicopedagogo que ao ter clareza sobre a diferenciação entre os conceitos anteriormente mencionados (*dificuldades* e *transtornos de aprendizagem*) pode enriquecer e aprimorar tanto a sua prática clínica (compreendendo melhor cada indivíduo, como este aprende, seu ritmo de aprendizagem, suas competências e habilidades) como institucional (orientando pais, alunos e professores).

Stella Aguilera Arantes: Graduação em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2008) Pós-graduação Lato Sensu em Psicopedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2014) Mestranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2015). Atualmente é professora da Escola AEJA Mackenzie (desde 2009) e atua no Grupo de Pesquisa Arte na Pedagogia.

Simone Freitas Fuso: Graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1998), especialização em Neuropsicologia pelo CEPSIC - HC (2001), Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (2003) e Doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (2008). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Neuropsicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, emoção, cognição, estresse, psicofisiologia e esclerose múltipla. Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie desde 2008, na área de Neurociências e Avaliação em Neuropsicologia.

REVISTA PRIMUS VITAM Nº 9 – 1 semestre de 2017 – ANAIS –

II Congresso Internacional e VII Congresso Nacional de Dificuldades de Ensino e Aprendizagem

Palavras-chave: transtornos de aprendizagem; psicopedagogia; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Atualmente no meio acadêmico e na literatura científica tem havido muita confusão entre os conceitos de dificuldades e transtornos de aprendizagem. Pesquisas atuais demonstram que 50% dos psicopedagogos consideram o significado dos conceitos de *distúrbios* e *transtornos* como iguais e 20% dos mesmos afirmam que *distúrbios*, *transtornos* e *dificuldades de aprendizagem* são termos sinônimos (LIMA e BERTOSO, 2009).

Pode-se dizer que as *dificuldades de aprendizagem* se originam por problemas físicos, socioeconômicos, pedagógicos, emocionais e familiares (que são designados como de causas secundárias) são de caráter transitório, ou seja, a criança consegue superá-las, sendo, portanto, de melhor prognóstico. Outra característica importante é que pode surgir em qualquer momento da vida escolar da criança. Pesquisas atuais relatam que afeta de 15 a 20% das crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental I (CIASCA, 2003).

Os *transtornos de aprendizagem* se originam por alterações no sistema nervoso central (que são designados como de causa primária) e suas consequências estão sempre presentes na vida da criança e podem ser percebidas antes mesmo de seu ingresso na escola, neste sentido são de caráter permanente, ou seja, não podem ser superados pela criança e irão acompanhá-la por toda a vida, sendo, portanto, considerados de pior prognóstico. As crianças que os possuem se caracterizam por apresentarem resultados significativamente abaixo do esperado para o seu nível de desenvolvimento, escolaridade e capacidade intelectual. Nestes casos, é importante ressaltar que alguns aspectos devem ser levados em consideração durante o período de avaliação, pois as crianças devem ter: inteligência normal, ausência de alterações motoras ou sensoriais, bom ajuste emocional, nível socioeconômico e cultural aceitável. Pesquisas atuais relatam que afeta de 2 a 10% das crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental I (CIASCA, 2003).

É neste sentido que o presente trabalho tem como objetivo abordar os aspectos psicopedagógicos dos transtornos de aprendizagem: o que são, como identificá-los e os impactos que os mesmos geram no desenvolvimento social e emocional das crianças em idade escolar.

A relevância social desta pesquisa consiste em demonstrar a importância da identificação dos transtornos de aprendizagem e o desenvolvimento de um trabalho significativo entre o

psicopedagogo, a família e a escola de modo a contribuir para a minimização dos prejuízos gerados pelos mesmos em crianças que se encontram em idade escolar.

2. ENTENDENDO O QUE SÃO OS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Nem sempre podemos explicar a origem dos transtornos de aprendizagem, devido os mesmos envolverem fatores múltiplos. Atualmente muito tem se pesquisado. Há estudos com imagens de cérebros vivos em funcionamento (com o objetivo de analisar as estruturas e os níveis de atividades em sujeitos normais e com problemas de aprendizagem), outras realizam autópsias em cérebros de pacientes já falecidos que possuíam problemas de aprendizagem (com o intuito de investigar se há diferenças anatômicas entre ambos) e também há pesquisas genéticas que visam buscar evidências de que alguns problemas específicos de aprendizagem são herdados de pais para filhos. No entanto, além do funcionamento cerebral também deve-se levar em consideração o desenvolvimento individual de cada criança, a influência da família, da escola e da comunidade. Outro fator relevante é que embora o transtorno de aprendizagem ocorra devido a um problema no neurodesenvolvimento, também devemos levar em consideração o ambiente no qual a criança encontra-se inserida, uma vez em que com frequência é este que determina a sua gravidade.

No entanto, pesquisas atuais (MACHADO e CAPELLINI, 2011) têm constatado que na maioria das vezes os *transtornos de aprendizagem* ocorrem por haver disfunções no Sistema Nervoso Central apresentando déficits neurocorticais em ao menos duas regiões cerebrais: o córtex pré-frontal e a região temporo-parieto-occipital áreas do cérebro relacionadas com a atenção, memória e linguagem que acabam dificultando a elaboração de estratégias para a realização de atividades como a leitura e a escrita. Neste sentido, *transtorno de aprendizagem* é a expressão utilizada para se referir a problemas significativos na aquisição e no uso da fala, leitura, escrita e das habilidades matemáticas. Estas alterações são peculiares de cada indivíduo e ocorrem como já abordado anteriormente devido a uma disfunção no Sistema Nervoso Central (CIASCA, 2003).

No que se refere ao processo da leitura e da escrita há prejuízo nas habilidades de identificação ou decodificação de palavras, compreensão de leitura, soletração, compreensão auditiva, expressão escrita e oral. Na matemática, há dificuldades no desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e com o cálculo. O que nos chama a atenção em crianças que possuem transtorno de aprendizagem é que as mesmas apresentam resultados significativamente abaixo do

esperado para o seu nível de desenvolvimento, escolaridade e capacidade intelectual, ou seja, há discrepância entre o que a criança deveria ser capaz de fazer e o que ela realmente faz.

De acordo com o Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento (CID 10) as crianças são diagnosticadas com transtorno de aprendizagem quando: os resultados em testes padronizados e individualmente administrados de leitura, matemática ou expressão escrita estão significativamente abaixo do esperado para sua idade, escolarização e nível de inteligência; os sintomas dos transtornos de aprendizagem encontram-se presentes desde o início da vida escolar da criança; quando alguns problemas de aprendizagem persistem mesmo havendo tratamento específico e adequado; quando se é descartada deficiência intelectual e causas secundárias (problemas físicos, socioeconômicos e pedagógicos).

Pesquisas atuais demonstram que no Brasil, cerca de 30% a 40% da população em idade escolar que frequentam as primeiras séries iniciais do Ensino Fundamental I apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem. Destes percentuais somente 2% a 10% dos escolares apresentam algum tipo de transtorno de aprendizagem, como problemas severos de leitura e escrita (CAPOVILLA, 2004; CIASCA, 2003). Sendo os transtornos do desenvolvimento da leitura o mais preocupante, uma vez em que o mesmo se encontra relacionado ao acesso a uma variedade de informações o que acaba prejudicando o domínio dos demais conhecimentos acadêmicos.

De modo geral, os prejuízos neurológicos podem afetar qualquer área do funcionamento cerebral e as deficiências que mais geram problemas acadêmicos são as de percepção visual, processamento da linguagem, habilidades motoras finas e a capacidade de focalizar a atenção (SMITH e STRICK, 2011). No entanto, de acordo com as mesmas autoras, também há alguns problemas comportamentais que complicam os transtornos de aprendizagem, como: a) Fraco alcance da atenção: a criança se distrai com facilidade, perde facilmente o interesse pelas atividades propostas e frequentemente não finaliza muitas delas; b) Dificuldade para seguir instruções: geralmente a criança pede ajuda incessantemente devido às instruções não serem totalmente compreendidas, por exemplo: o que é mesmo para fazer?; c) imaturidade social: a criança apresenta comportamento diferente do esperado para a sua idade cronológica e em alguns casos até prefere brincar com colegas menores; d) Dificuldade com a conversação: tem dificuldade para se expressar, fica tentando encontrar as palavras corretas para falar; e) Inflexibilidade: continua fazendo o que lhe foi proposto do seu próprio jeito, mesmo que não esteja de acordo, apresenta resistência à sugestões e ajudas oferecidas; f) Fraco planejamento e habilidades organizacionais: não tem noção temporal, não sabe por onde começar as tarefas e como se organizar para executá-las; g) Distração: perde seus pertences pessoais, esquece tarefas e trabalhos, não se lembra de seus compromissos; h) Falta de

destreza: aparenta não ter desenvolvido adequadamente a coordenação motora, constantemente derruba objetos, possui grafia ruim, não consegue realizar atividades físicas e jogos; i) Falta de controle de impulsos: mexe em tudo, fala sem pensar, interrompe ou muda o direcionamento da conversa, tem dificuldades para aguardar a sua vez.

Todos esses comportamentos citados acima surgem das mesmas condições neurológicas que causam os transtornos de aprendizagem e muitas vezes quando não são compreendidos devidamente pelos pais e professores transmitem a falsa ideia de que a criança não está se esforçando ou prestando a devida atenção. Em alguns casos, crianças com transtornos de aprendizagem chegam até mesmo a desenvolver problemas emocionais, devido a frustração de tentar fazer algo que não consegue, às vezes até desistem de aprender ou começam a desenvolver estratégias para evitá-la, alguns até mesmo se tornam ansiosos e deprimidos, tendem a isolar-se socialmente e, com frequência, sofrem de solidão, bem como de baixa auto-estima.

Pesquisas atuais têm demonstrado que o amparo e a assistência dos pais para com seus filhos promovem mudanças significativas no processo de ensino e aprendizagem das crianças com transtornos de aprendizagem. Segundo Smith e Strick (2011) os pais podem: “ensinar as crianças a fazerem o máximo com as capacidades que têm, encorajando-as a acreditar que podem superar os obstáculos, ajudando-as a estabelecer objetivos realistas e encorajando o orgulho, envolvendo-as em responsabilidades em casa e na comunidade”.

3. SINAIS DE ALERTA EM CASA E NA ESCOLA

Geralmente todos nós temos pontos fortes e fracos na aprendizagem e na maioria das vezes nossas fraquezas encontram-se em áreas que não interferem significativamente em nosso desempenho escolar ou não temos um grande déficit que nos impeça de realizar as atividades que nos são propostas. Durante o processo de ensino-aprendizagem, com o tempo, acabamos desenvolvendo algumas estratégias que nos auxiliam a nos sentirmos bem conosco mesmo e de certa forma acabamos utilizando-as para compensar nossas fraquezas.

No entanto, estes aspectos não ocorrem com crianças que tem transtornos de aprendizagem, muitas vezes suas fraquezas são mais explícitas e encontram-se diretamente relacionadas às áreas que afetam o seu desempenho escolar, ou seja, nas habilidades necessárias para o aprendizado da leitura, escrita ou matemática. Em muitos casos trata-se de crianças que são muito criativas e brilhantes em áreas que não são tão valorizadas no aspecto acadêmico e muitas acabam sendo rotuladas por seus fracassos o que por sua vez afeta a auto-estima.

Segundo Smith e Strick (2001) quatro áreas são consideradas primordiais para o processamento adequado de informações: atenção, percepção visual, processamento da linguagem e coordenação muscular e por menor que seja o prejuízo em uma dessas áreas pode gerar grandes obstáculos para a aprendizagem. Crianças com transtornos de aprendizagem possuem déficit em uma ou mais destas áreas mencionadas e para que haja melhoras é importante que tanto os pais quanto as crianças estejam cientes em quais destas é que se encontra o prejuízo, pois em geral quanto mais consciente o educando estiver sobre seu problema é mais fácil para o mesmo se aceitar e planejar estratégias que minimizem suas deficiências e maximizem suas habilidades e talentos.

Esta informação é fundamental para a elaboração da proposta da intervenção psicopedagógica, ou seja, estabelecer quais serão os objetivos a serem alcançados e planejar como será a orientação dos pais e da escola. Antes disso, segundo Smith e Strick (2001) devemos levar em consideração três aspectos: 1) Crianças com transtornos de aprendizagem geralmente apresentam problemas em mais de uma área (atenção, percepção visual, processamento da linguagem e coordenação muscular); 2) Os problemas de aprendizagem encontram-se presentes em todos os aspectos da vida da criança (escola, casa, interação social, etc.); 3) Os transtornos de aprendizagem podem gerar consequências emocionais.

É importante ressaltar que é fundamental entender as reais dificuldades que as crianças apresentam, pois sem incentivo e apoio adequado as mesmas rapidamente deixam de acreditar em si mesmas e nas suas possibilidades de sucesso, muitas vezes simplesmente deixam de tentar fazer as atividades que lhe são propostas, pois já imaginam que irão fracassar, o que por sua vez gera resistência à aprendizagem o que pode se tornar um grande impedimento para o seu desenvolvimento além de piorar as fraquezas apresentadas.

Segundo Smith e Strick (2001) geralmente a escola adota alguns procedimentos para lidar com crianças que apresentam transtornos de aprendizagem: observam se há uma discrepância significativa entre a capacidade intelectual de um estudante e seu desempenho escolar e muitas vezes sugere uma avaliação somente quando a criança já se encontra um ano ou mais atrasada na leitura, na escrita ou na matemática em relação ao nível do ano escolar ao qual se encontra inserida.

Pode-se dizer que estes procedimentos adotados pelas escolas são ruins e acabam prejudicando as crianças com transtornos de aprendizagem, pois geralmente as mesmas ficam enfrentando suas dificuldades por anos, antes de ser feita uma investigação mais aprofundada sobre suas habilidades e de se pensar em uma intervenção eficaz que melhor possa ajudá-las em suas reais necessidades. E o pior, conforme o tempo vai passando sem um diagnóstico preciso mais problemas vão surgindo para o estudante, como a frustração que vai prejudicando a motivação, a autoconfiança

e o entusiasmo pela educação é perdido. Neste sentido, as autoras Smith e Strick (2001) sugerem que os pais não fiquem aguardando um posicionamento da escola e se caso perceberem que existe algo por detrás do baixo rendimento escolar de seus filhos que eles ajam imediatamente.

Existem alguns sinais de alerta de transtornos de aprendizagem que devemos observar algumas delas nos chamam a atenção antes mesmo do início da escolarização, outras só se tornam mais óbvias quando a criança realmente começa a estudar, como: atrasos no desenvolvimento, desempenho inconsistente (quando a criança consegue realizar algumas atividades com êxito e outras não), perda do interesse pela aprendizagem, declínio na confiança e na autoestima.

4. A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

O psicopedagogo é o profissional da área da educação especialista nos processos de aprendizagem e em todos os aspectos relacionados ao ato de aprender (habilidades, potencialidades, relações sociais, ambiente no qual o indivíduo encontra-se inserido, etc.). Segundo Bossa (2000) o objeto de estudo da psicopedagogia é o próprio processo de aprendizagem e seu desenvolvimento normal e patológico em seu contexto, podendo envolver fatores do mundo interno ou externo do indivíduo, como aspectos: afetivos, cognitivos e sociais. Este estudo possui dois enfoques: um de caráter preventivo (que está relacionado às diferentes etapas do desenvolvimento humano) e o outro de caráter terapêutico (que identifica, analisa e elabora o diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem).

A atuação do psicopedagogo pode ser institucional ou clínica sendo importante ressaltar que ambas encontram-se relacionadas ao processo de aprendizagem e tem como objetivo ajudar pessoas a superarem ou aprenderem a lidar com seus problemas de aprendizagem, mas para que isto ocorra torna-se necessário ter um “olhar atento” de modo a conseguir visualizar o que está por detrás dos problemas de aprendizagem e qual a sua origem, da mesma forma deve visar quais são as habilidades e as potencialidades que o sujeito possui para que se possa elaborar uma proposta de intervenção que melhor o auxilie diante de suas reais necessidades.

Desta forma para que possa desenvolver um trabalho significativo com a criança, a família e a escola o psicopedagogo precisa ter uma formação teórica sólida na esfera dos conhecimentos relativos ao desenvolvimento do pensamento, tais como: neuropsicologia, epistemologia genética, didática, mediação da aprendizagem, etc. de modo que possa transitar da teoria à prática e intervir na aprendizagem de seu paciente com segurança (LIMA e BERTOSO, 2009).

Antes de iniciar a atuação psicopedagógica com crianças com transtornos de aprendizagem é imprescindível que em primeiro lugar o profissional estabeleça um vínculo positivo com o paciente

com a finalidade de resgatar o prazer de aprender. Outro fator relevante que o psicopedagogo deve levar em consideração são os relatos e as observações que os pais e professores lhe oferecem, pois são estes que convivem constantemente com a criança e que podem oferecer informações significativas que o auxiliarão a compreender melhor o caso, pois trata-se de um trabalho terapêutico centrado na aprendizagem que deve ter a visão da criança como um todo, o meio em que vive, suas relações, etc.

No entanto diante da complexidade dos fatores geradores dos transtornos de aprendizagem para realizar o diagnóstico e elaborar a proposta de intervenção dos mesmos o psicopedagogo deve trabalhar com uma equipe multidisciplinar que envolve profissionais das áreas da saúde, educação e assistência social, pois muitos aspectos nestes casos encontram-se envolvidos com componentes orgânicos sendo necessário o acompanhamento médico e a realização de exames (LIMA e BERTOSO, 2009).

Com o diagnóstico, o psicopedagogo pode planejar a proposta de intervenção que melhor auxilie a criança diante de suas reais necessidades, sempre mantendo o foco na aprendizagem sem perder de vista a individualidade, as potencialidades, as capacidades, as habilidades e o ambiente ao qual o seu paciente encontra-se inserido, da mesma forma o profissional deve ter uma escuta e um olhar atento que vão além das evidências apresentadas na situação de clínica, muitas vezes já observadas pela família e pela escola.

Não existem recursos específicos para a atuação psicopedagógica nestes casos, mas muitos profissionais utilizam atividades de expressão artística, linguagem oral e escrita, dramatização, etc. de modo a facilitar o desenvolvimento da capacidade de aprender com autonomia e prazer. No entanto pesquisas atuais têm demonstrado que 50% dos psicopedagogos quando se deparam com casos de crianças que apresentam queixa de problemas de memória, atenção, prejuízo nas habilidades de identificação ou decodificação de palavras, compreensão de leitura, soletração, expressão escrita e oral, compreensão auditiva utilizam como principal recurso o uso de jogos em suas intervenções e 10% destes profissionais desenvolvem atividades com livros paradidáticos.

Por isso, o jogo é um material por excelência da intervenção psicopedagógica, na medida em que possibilita o exercício destas lógicas racionais e afetivas necessárias para a ressignificação dos aspectos patológicos relacionados com a aprendizagem humana. Existe no jogo, contudo, algo mais importante do que a simples diversão e interação. Ele revela uma lógica diferente da racional. O jogo revela uma lógica da subjetividade, tão necessária para a estruturação da personalidade humana, quanto à lógica formal das estruturas cognitivas. (LIMA e BERTOSO, 2009, p. 2)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente no meio acadêmico e na literatura científica tem havido muita confusão entre os conceitos de dificuldades e transtornos de aprendizagem, pesquisas atuais têm demonstrado que 50% dos psicopedagogos consideram o significado destes conceitos como iguais e 20% destes profissionais afirmam que distúrbios, transtornos e dificuldades de aprendizagem são termos sinônimos (LIMA E BERTOSO, 2009). Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivo abordar os aspectos psicopedagógicos dos transtornos de aprendizagem: o que são, como identificá-los e os impactos que os mesmos geram no desenvolvimento social e emocional das crianças em idade escolar? O presente artigo discorreu sobre a importância da identificação dos transtornos de aprendizagem e o desenvolvimento de um trabalho significativo entre o psicopedagogo, a família e a escola de modo a contribuir para a minimização dos prejuízos gerados pelos mesmos na vida das crianças em idade escolar.

Geralmente quando um aluno começa a apresentar resultados significativamente abaixo do esperado para o seu nível de desenvolvimento, escolaridade e capacidade intelectual e se encontra um ano ou mais atrasado na leitura, na escrita ou na matemática, muitas escolas adotam a abordagem de “esperar para ver” e utilizam meios tradicionais de auxílio extra antes de se decidirem por uma ação adicional, como uma avaliação, por exemplo. Estes procedimentos adotados são ruins e acabam prejudicando ainda mais as crianças com transtornos de aprendizagem, pois geralmente as mesmas ficam enfrentando suas dificuldades por anos, antes de ser feita uma investigação mais aprofundada sobre suas habilidades e de se pensar em uma intervenção eficaz que possa ajudá-las em suas reais necessidades. E o pior, conforme o tempo vai passando sem um diagnóstico e uma intervenção precisa, mais problemas vão surgindo na vida da criança, como a frustração que vai prejudicando a motivação, a autoconfiança e o entusiasmo pela aprendizagem é perdido. Neste sentido, as autoras Smith e Strick (2001) sugerem que os pais não fiquem aguardando um posicionamento da escola e se caso perceberem que existe algo por detrás do baixo rendimento escolar de seus filhos que eles ajam imediatamente.

Portanto cabe ao psicopedagogo profissional da área da educação especialista nos processos de ensino e aprendizagem e em todos os aspectos relacionados ao ato de aprender saber trabalhar e orientar a família e a escola, pois muitas vezes os transtornos de aprendizagem são mal compreendidos devido à falta de informação e geralmente as crianças diagnosticadas acabam sofrendo demais e desenvolvem uma série de outros problemas ao serem obrigadas a se adaptarem às condições da sala de aula. O psicopedagogo pode orientar a escola e a família (ensinar as crianças a fazerem o máximo com as capacidades que têm, encorajá-las a acreditar que podem superar os obstáculos, ajudá-las a estabelecerem objetivos realistas, etc.) e a própria criança, pois quanto mais as mesmas compreendem seus problemas de aprendizagem, mais propensas estão para

aceitarem a si mesmas, a elaborarem estratégias que minimizem suas deficiências e maximizarem suas habilidades e talentos, tornando-se alunos cada vez mais confiantes e independentes.

É fundamental entender as reais dificuldades que as crianças apresentam, pois sem incentivo e apoio adequado as mesmas rapidamente deixam de acreditar em si mesmas e nas suas possibilidades de sucesso, muitas vezes simplesmente deixam de tentar fazer as atividades que lhe são propostas, pois já imaginam que irão fracassar, o que por sua vez gera resistência à aprendizagem o que pode se tornar um grande impedimento para o seu desenvolvimento além de piorar as fraquezas apresentadas. Pesquisas atuais têm demonstrado que o amparo e a assistência dos pais para com seus filhos promovem mudanças significativas no processo de ensino e aprendizagem das crianças com transtornos de aprendizagem. Portanto conclui-se que o psicopedagogo tendo conhecimento sobre os transtornos de aprendizagem pode enriquecer e aprimorar tanto a sua prática clínica (compreendendo melhor cada indivíduo, como este aprende, seu ritmo de aprendizagem, suas competências e habilidades) como institucional (orientando os pais, alunos e professores).

REFERÊNCIAS

BOSSA, N. *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CAPOVILLA, Fernando César. *Neuropsicologia e aprendizagem: uma abordagem multidisciplinar*. São Paulo: Memnon, 2004.

CIASCA, S. M. *Distúrbios de aprendizagem: propostas de avaliação interdisciplinar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

FONSECA, V. *Uma introdução às dificuldades de aprendizagem*. Lisboa: Edital Notícias, 1984.

LIMA, Cleily Medeiros de Faria Lima; BERTOSO, Eunice Barros Ferreira. *O papel do psicopedagogo diante das dificuldades, distúrbios e transtornos de aprendizagem*. São Paulo, out.2009. Disponível em <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=1176>>. acessos em 03 març. 2015.

MACHADO, Andréa Carla; CAPELLINI, Simone Aparecida. *Caracterização do desempenho de crianças com distúrbio de aprendizagem em estratégias de compreensão leitora*. Rev. psicopedag. São Paulo, v. 28, n. 86, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862011000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 out. 2014.

Organização Mundial da Saúde (OMS). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID 10*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. *Dificuldade de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores*. Tradução: Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.